

LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA INTEGRADAS EM BABAÇUAIS: CONHECIMENTO E PRÁTICA AGROFLORESTAL NA PRÉ-AMAZÔNIA

Roberto Porro (Embrapa Amazônia Oriental)

Introdução

A forte ideologização caracterizando relações sociais no campo brasileiro ainda interfere em análises da interação entre sociedade e ambiente. Tais vícios de interpretação reforçam dicotomias não permitem o devido reconhecimento a processos adaptativos relacionados ao manejo de recursos naturais, postos em prática por unidades de produção camponesas. Nesta Conferência ilustraremos esta problemática através da dinâmica reinterpretção de estratégias produtivas exercida por comunidades que dependem do extrativismo do babaçu no Maranhão, e que ao longo destas últimas décadas têm praticado um sistema de produção que integra lavoura, pecuária e florestas secundárias de palmeiras. Ao ressaltar o caráter adaptativo das estratégias econômicas praticadas por produtores agro-extrativistas em comunidades tradicionais, a análise contribui para desmistificar a dicotomia associada à interpretação do modo de produção camponês no Maranhão e aparente resistência dos agro-extrativistas à atividade pecuária.

Neste último século, parcela significativa das trajetórias e transformações sócio-ambientais no campo maranhense tem sido definida por diferentes formas de integração e pela alteração na importância relativa atribuída a cultivos anuais, ao extrativismo do babaçu e à pecuária, e às relações econômicas e sociais associadas a estas atividades. Com efeito, após conflitos agrários que resultam na recuperação do acesso à terra e contínua revisão de preceitos a reger os recursos de uso comum, produtores familiares passam a revisar a percepção e papel atribuído às pastagens, e à atividade pecuária como um todo. Trajetórias distintas relacionadas ao uso dos recursos são observadas. Por um lado, ocorre o pousio de pastagens levando à reincorporação de terras para cultivos agrícolas. Por outro lado, produtores camponeses, muitos sob a denominação de “assentados”, passam a incluir a pecuária como estratégia de sobrevivência. Constata-se a racionalidade da exploração agro-extrativa-pastoril que beneficia-se dos padrões de sucessão natural predominante e sinergias entre espécies, otimizando o trabalho e recursos existentes e tornando atrativa esta opção para agricultores familiares.

A integração do babaçu com pastagens na paisagem e economia camponesa

A ocorrência da palmeira conhecida como babaçu (*Attalea speciosa*) em áreas de sucessão secundária consiste na mais importante característica ecológica da

denominada “região dos babaçuais”¹. A importância econômica e ecológica do babaçu está intimamente associada à ação antrópica, que por sua vez é influenciada pela dinâmica populacional da espécie. Sucedendo a derrubada da floresta nativa, a presença de formações com altas densidades de palmeiras deve-se à tolerância destas ao fogo, à rigidez do fruto, e à capacidade de regeneração da espécie que conferem-lhe extraordinária resiliência e possibilidade de disseminação em áreas contíguas. Quando roçados são cultivados em densos babaçuais, a biomassa resultante da queima das folhas das palmeiras é suficiente para proporcionar os nutrientes necessários ao cultivo, evitando-se assim a eliminação das mesmas e permitindo novo roçado após intervalos de quatro ou cinco anos, cerca de metade do período necessário para capoeiras onde o babaçu não predomina.

Por outro lado, as extrativistas do babaçu têm promovido transformações significativas em suas práticas. Até a década de 70, predominava a “coleta e quebra no mato”. A progressiva formação de pastagens trouxe profundas implicações para o extrativismo do babaçu. A ecologia das populações de babaçu permite que a espécie subsidie o estabelecimento de pastagens, assim como faz com cultivos anuais. A combinação de capim jaraguá (*Hyparrhenia rufa*, localmente conhecido como capim lajeado) e palmeiras aumenta a probabilidade de sucesso de cada um dos componentes deste agroecossistema. A reciclagem da biomassa do babaçu melhora as condições ambientais para pastagens, e a sombra parcial proporcionada pela palmeira contribui para a manutenção da umidade do solo. Pastagens por sua vez favorecem distribuição e densidade ótimas para o babaçu, proporcionando condições de insolação que maximizam a produção de biomassa das palmeiras e a produção de frutos maiores e mais pesados. O capim jaraguá, não sendo tão agressivo quanto as brachiárias, não impede o desenvolvimento de palmeiras. Não sendo roçado permite a regeneração florestal e o reestabelecimento de agricultura de rotações. Tais condições favoráveis são reconhecidas, e o babaçu passa a ser coletado nestes terrenos, sendo transportado para os locais de moradia, caracterizando a “coleta na solta e quebra em casa”, com diversas vantagens comparativas. Estas contudo dependem da manutenção de adequada densidade de palmeiras e da garantia de acesso às mesmas, o que nem sempre ocorre devido às cercas que demarcam áreas privadas.

Constata-se que a intervenção humana no ambiente associa-se a processos ecológicos que definirão as subseqüentes decisões sobre uso da terra. Estas, por sua vez, terão conseqüências ambientais e sociais que irão influenciar decisões futuras. Este processo dinâmico é o eixo da relação entre sociedade e meio-ambiente, dificilmente captada por modelos explicativos pautados por uma racionalidade ahistórica. Neste caso, a resistência ao fogo de uma espécie de palmeira interage com características adaptativas de uma espécie de pastagem, produzindo--em ambientes alterados pela intervenção humana--condições que promovem a expansão de pastagens e incrementam a atratividade econômica da pecuária. Ao aplicarem seu conhecimento em relação às espécies e ao ambiente, os sujeitos da ação viabilizam novas opções produtivas. A dinâmica ecológica das espécies envolvidas, aliada ao

¹Babaçuais ocorrem em 200.000 km² do território brasileiro. A área de maior importância econômica, aqui referida como “região dos babaçuais”, situa-se entre latitudes 2 e 7° S, e as longitudes 42 e 48° W

manejo intencional das mesmas de acordo com o objetivo desejado, permite que trajetórias sócio-ambientais distintas sejam observadas. Decisões resultando nestas trajetórias são influenciadas pela lógica econômica e identidade social dos produtores.

Identidade social, lógica econômica e conhecimento local no manejo de pastagens e palmeiras

Produtores familiares que adotam sistemas diversificados consideram amplo conjunto de fatores na definição de estratégias de manejo, pois para os mesmos a função da pastagem estende-se à sua utilização na dinâmica da paisagem. Perspectivas contrastantes de produtores em relação à pastagem indicam que a essência da escolha entre capim jaraguá e brachiárias está no objetivo do produtor em reduzir sua dependência de mão-de-obra, competição de espécies invasoras e otimizar o fornecimento de capim na época seca; ou depender menos de insumos e deixar aberta a possibilidade de regeneração vegetativa, embora necessite suplementar a alimentação na época seca.

Produtores familiares e pecuaristas tradicionais que utilizam capim lageado consideram mais vantajoso instalar novas pastagens em capoeiras do que recuperar ou “manejar” uma pastagem muito degradada. O conceito de degradação deve ser contudo relativizado com base na perspectiva do agente envolvido no manejo dos recursos, e suas expectativas de utilização futura dos mesmos. A conotação de “degradação” para aqueles que empregam sistemas intensivos em capital e não consideram um leque mais amplo de usos da terra é distinta da percepção dos que encaram o uso da terra de forma menos estanque. A forma como “degradação” é encarada por produtores está portanto associada à identidade social dos mesmos, e tal torna-se evidente ao examinarmos que produtores buscando a substituição de lajeado por brachiárias são geralmente identificados com sistemas intensivos em capital, ou a isto almejam chegar, distanciando-se do grupo ao qual pertenciam.

Tal constatação traz à tona a discussão quanto ao acesso de produtores a tecnologias e instrumentos que os permitam optar entre sistemas de produção. Com efeito, podemos afirmar que o plantio de brachiárias associa-se a um conjunto de práticas que nem são do domínio da maioria das unidades de produção familiares, e muito menos lhes são financeiramente acessíveis. De forma contrastante, a formação e manejo de pastagens com capim jaraguá já fazem parte do universo de conhecimentos adquiridos e das práticas adotadas, muitas vezes há gerações, por estes produtores. A lógica dos produtores tradicionais que adotam o sistema extensivo e hesitam em investir no manejo das pastagens conjuga fatores como o desconhecimento de outras tecnologias, a falta de assistência técnica, e sobretudo a minimização do risco do empreendimento e a maximização do rendimento do trabalho. Assim, aqueles que buscam preservar a unidade de seu grupo social tendem a não substituir capim jaraguá por brachiárias. Mantendo o primeiro, ampliam sua margem de segurança frente a incertezas futuras, tornando viável eventual reincorporação para uso agrícola de áreas formadas com pastagens. Esta reincorporação já ocorre em áreas de assentamento que haviam sido completamente convertidas a pastagens por fazendeiros, e onde após as desapropriações os assentados optaram por manter apenas parte da pastagem, para

possibilitar o plantio de roçados no restante da área. Devido à falta de acesso à mecanização, esta estratégia torna-se viável através da contínua utilização das áreas para alimentação do gado, inclusive com a utilização de super pastejo.

Paradoxos e desafios para a integração de pastagens e babaçuais

A dinâmica de sucessão secundária nas áreas de ocorrência de babaçuais contribui para a integração da agricultura anual, do extrativismo de babaçu, e da pecuária. Contudo, tal integração não é aceita por pecuaristas devido à problemática social resultante da concentração fundiária associada a povoados camponeses situados próximo às fazendas. A manutenção de densos palmeirais no interior de pastagens continua a ser percebida pelos pecuaristas como ameaça à sua propriedade. Mesmo que a presença de palmeiras atenua deficiências hídricas e que o sombreamento parcial proporcione locais de refúgio para o gado nos períodos de maior insolação, a massiva eliminação de palmeiras nas fazendas é ainda frequente.

Tais pressões ocorrem também no interior do próprio grupo camponês, uma vez que o plantio de roçados num contexto de pouca terra torna-se prática conflitiva com a atividade extrativa. A densidade de palmeiras numa área de roça deve ser menor do que em pastagens. Mesmo que as palmeiras não sejam cortadas, o manejo executado eliminando folhas externas e queimando a matéria seca ao seu redor faz com que palmeiras interrompam sua produção por dois anos. A concentração atual de terras reforça uma maior densidade demográfica e causa desconfortos no interior das próprias unidades familiares de produção onde passam a se expressar contraposições entre as atividades agrícola, exercida pelo homem, e extrativa, essencialmente envolvendo mulheres.

Conclusões e recomendações

A pecuária no Estado do Maranhão destaca-se pela percentagem do rebanho em pequenos e médios estabelecimentos. Em 2006, a agricultura familiar compreendia 84% dos cerca de 93 mil estabelecimentos maranhenses envolvidos na pecuária, responsáveis por 41% do rebanho. Embora a contribuição do rebanho bovino maranhense sobre o total da Amazônia Legal brasileira² seja de apenas 10%, esta percentagem aumenta para 21% quando calculada em relação às 2 milhões de cabeças que em 2006 eram criadas em estabelecimentos de até 20 hectares. Tais dados indicam que embora ainda intimamente associada a inequidades sociais, a pecuária tem sido reconhecida por produtores familiares como um componente de seus sistemas produtivos e meios de vida.

Esta análise nos mostra que camponeses no Maranhão detem o conhecimento necessário para o manejo de pastagens e criação de gado em pequena escala. A trajetória centenária de uso e manejo dos recursos por estas comunidades já resulta

²Considerados os rebanhos totais dos estados do Maranhão e Mato Grosso (apenas parte do território destes estados localiza-se na Amazonia Legal).

num sistema agro-silvipastoril que integra pastagens e palmeiras, proporcionando condições para a prática da agricultura no sistema tradicional. Nesse sentido, justifica-se o estabelecimento de programas de apoio à integração agro-extrativa-pecuária condicionados à utilização racional dos babaçuais e seu acesso pelas comunidades tradicionais. Contudo, seguem sendo necessários a identificação participativa de novas práticas, variedades ou arranjos de espécies que ampliem o potencial deste sistema de produção para condições ambientais e demográficas contemporâneas.

Propostas inovadoras têm sido desenvolvidas pela pesquisa para adequar-se às demandas ambientais de uma agricultura visando a redução de emissões e a mitigação dos efeitos de mudanças climáticas. Seria um erro inadmissível, contudo, ignorar o acúmulo de conhecimentos e práticas que vêm sendo implementadas por segmentos produtivos que, apesar de vulneráveis, têm mostrado profunda capacidade adaptativa frente a transformações sociais e ambientais. Especificamente nas áreas de ocorrência de babaçuais, o contingente da agricultura familiar envolvido na produção agroextrativa centrada na economia do babaçu justifica uma maior atenção das estruturas relacionadas à pesquisa e fomento agrícola. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, há evidências concretas nestas últimas duas décadas de que produtores locais são protagonistas de iniciativas que vêm contribuindo efetivamente para a dinâmica reconstrução de seus contextos sócio-ambientais, e que necessitam de apoio efetivo por parte do poder público.